



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em conformidade com Art. 19. Do Decreto N° 10.829, de 05 de outubro de 2021.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: RENAN ALVES VIANA ARAGÃO
Cargo efetivo: ANALISTA TÉCNICO DE POLÍTICAS SOCIAIS
Cargo comissionado: DIRETOR

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: SERVIÇO SOCIAL
Instituição: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Conclusão: 2010

Curso: MBA em Políticas Sociais
Instituição: ENAP
Conclusão: Em andamento

Currículo no Lattes (link):

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empresa/Órgão: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Cargo: COORDENADOR-GERAL
Período: NOVEMBRO DE 2024 A OUTUBRO DE 2025
Descrição: Coordenador-Geral de Regulação e Análise Normativa do Departamento de
Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social

Empresa/Órgão: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Cargo: COORDENADOR
Período: JULHO DE 2017 A NOVEMBRO DE 2024
Descrição: Coordenador de Regulação e Análise Normativa da Coordenação-Geral de
Regulação e Análise Normativa do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria
Nacional de Assistência Social

Empresa/Órgão: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Cargo: ASSISTENTE

Período: NOVEMBRO DE 2016 A JULHO DE 2017

Descrição: Assistente da Coordenação-Geral de Regulação e Ações Intersetoriais, do Departamento de Benefícios Assistenciais, da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Empresa/Órgão: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Cargo: ANALISTA TÉCNICO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Período: JULHO DE 2013 A NOVEMBRO DE 2016

Descrição: Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação-Geral de Regulação e Ações Intersetoriais, do Departamento de Benefícios Assistenciais, da Secretaria Nacional de Assistência Social.

REQUISITOS LEGAIS/OBRIGATÓRIOS (DECRETO 10.829) (marcar todas as opções em que se enquadrar)

☐ Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

☒ Experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

☐ Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;

☐ Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

☐ Ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.

☐ Enquadra-se na hipótese prevista pelo art. 21º do Decreto 10.829

Dispensa excepcional dos critérios

Art. 21. Os critérios de que tratam os art. 16 a art. 19 poderão ser dispensados, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão ou da entidade vinculada em que estiver alocado o CCE ou a FCE, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida:

I - no âmbito do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco Central do Brasil; e

II - no âmbito dos órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado, pela autoridade máxima do órgão.